

DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: CASO ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA CONQUISTA DO CAIBOATÉ

DYNAMICS OF THE FOOD ACQUISITION PROGRAM: IF SETTLEMENT OF THE AGRARIAN REFORM CONQUEST OF THE CAIBOATÉ

Vanderlei Vieira Farias Junior
Tecnólogo em Agronegócio
Especialista em Gestão e inovação do Agronegócio
Graduando em Engenharia de Produção
Universidade Federal do Pampa
Dom Pedrito/RS ,Brasil
vfariasjunior@hotmail.com

* **Recebido em: 20/09/2018**

* **Aceito em: 28/11/2018**

RESUMO

O objetivo do trabalho foi realizar um estudo no assentamento Conquista do Caiboaté, buscando identificar a dinâmica de funcionamento do Programa de Aquisição de Alimentos e seu papel como ferramenta de inclusão social, no auxílio e viabilização do Assentamento da Reforma Agrária Conquista do Caiboaté. buscou-se e identificar as organizações envolvidas e compreender suas participações nas distintas etapas de execução do programa. No desenvolvimento do trabalho foram identificados os produtores do assentamento Conquista do Caiboaté envolvidos no Programa de Aquisição de Alimentos, os itens que foram produzidos e quais os canais de comercialização desses produtos, análise da importância do programa para as famílias assentadas e buscou-se identificar os novos direcionamentos do programa. A pesquisa configurou-se enquanto estudo de caso, com abordagem exploratória e descritiva. Os dados foram coletados através de visita ao local e entrevistas com os técnicos da Coptec e assentados participantes do PAA. Como resultado, identificou-se o atual cenário vivenciado pelos assentados participantes do programa. Foi identificado o legado do programa, seus benefícios e dificuldades durante o período de funcionamento. Identificaram-se os distintos atores que atuaram no programa e os resultados obtidos pelo PAA no assentamento em estudo.

Palavras-chave: Assistência técnica; Programas Sociais; política pública; Assentamento.

ABSTRACT

The objective of the study was to conduct a study in the Conquista do Caiboaté settlement, seeking to identify the dynamics of the Food Acquisition Program and its role as a tool for social inclusion in assisting and making feasible the Settlement of Agrarian Reform Conquest of Caiboaté, and identify the organizations involved and understand their participation in the different stages of program execution. In the development of the work, the producers of the Conquista do Caiboaté settlement involved in the Food Acquisition Program were identified,

the items that were produced and the marketing channels of these products, the importance of the program for the settled families and the new directions of the program. The research was set up as a case study, with an exploratory and descriptive approach. The data were collected through a site visit and interviews with Coptec technicians and settlers participating in the PAA. As a result, the current scenario experienced by the settlers participating in the program was identified. It identified the legacy of the program, its benefits and difficulties during the period of operation. We identified the different actors who acted in the program and the results obtained by the PAA in the settlement under study.

Keywords: Technical assistance; Social programs; Public policy; Settlement

1. INTRODUÇÃO

A temática agrária e as políticas voltadas a ela vêm sendo estudadas há bastante tempo, não obstante, está aberta para debates em suas varias dimensões. Igualmente, percebe-se um esforço das instituições públicas no sentido da melhoria das condições dessa parcela da população, através de políticas publicas de desenvolvimento voltado para o fortalecimento da agricultura familiar e famílias assentadas.

Dentro desse contexto os assentados da reforma agrária apresentam demandas e problemas iguais ou por vezes mais complexos que outros tipos de agricultores familiares. No caso da reforma agrária, os assentamentos encontram diversos problemas estruturais, como ausência de casas, água, energia elétrica, acesso à saúde e a educação bem como risco com segurança alimentar. Cabe então ressaltar a importância da ATES que atua de forma técnico-pedagógica junto desses agentes do meio rural com papel de destaque na implantação, execução e viabilização de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar como um todo, como exemplo a reforma agrária e o Programa de Aquisição de Alimentos (NEUMANN; DALBIANCO, 2012).

Para discutir a relação entre agricultura familiar e a viabilidade de políticas públicas, precisamos analisar o que Veiga (1996) chama de “nova exigência social” e que requer uma complexa transição.

Segundo Veiga (1996), a agricultura familiar se destaca por sua diversidade e tem como principal característica o perfil essencialmente distributivo, sob ênfase da estabilidade, resiliência e equidade e por apresentar maiores benefícios da no tocante a questão sociocultural, enquanto a agricultura patronal fomenta fortemente a concentração de renda e exclusão social com suas levas de boias-frias e trabalhadores dirigidos por gerentes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Estruturas fundiárias e reforma agrária

A história do Brasil é marcada por disputas e por desigualdades na distribuição das riquezas e dos meios de produção. Fato esse que pode ser visto a partir da estrutura fundiária criada pela corte portuguesa, onde em 1530 concedeu a Martin Afonso de Sousa autoridade para conceder as primeiras sesmarias e distribuir essas terras (REIS 2008).

Segundo Medeiros (2015), por três séculos as terras do Brasil foram distribuídas em formas de sesmarias. Paralelo a isso, havia também a ocupação das terras por quem vinha de Portugal e de outros imigrantes vindo da Europa em busca de oportunidades e melhorias de condições de vida, fugindo da pobreza de seus países dando origem ao campesinato tradicional. No Rio Grande do Sul não foi diferente esta dinâmica, ainda mais em regiões

próximas as fronteiras, visto que essas áreas eram regiões de conflito e para a permanência de pessoas que estivessem dispostas a ficarem nessas regiões os governos da época concediam grandes extensões de terra com intuito que essas pessoas permanecessem e defendessem essas áreas (DOS SANTOS; DAVID, 2011).

Diversos eventos e conflitos marcaram a discussão sobre a terra no Brasil, após a escravidão, após a segunda guerra e em 1970 o governo militar assumiu uma postura de modernização dando destaque aos chamados pacotes tecnológico, o que intensificou os conflitos fundiários (Medeiros, 2015). No final da década de 70 teve início o movimento *Sem Terra* que utilizou como forma de atuação as ocupações de terra, tendo como base principalmente os trabalhadores afetados pela modernização da agricultura (MEDEIROS, 2015).

Mesmo já tendo passados alguns séculos desde as grandes colonizações do estado do Rio Grande do Sul, até hoje isto se reflete na estrutura fundiária existente nas diferentes regiões. Na questão do número de estabelecimentos existentes no estado verificou-se que 85,8% dos estabelecimentos possuem menos de 50 ha e que em termos de área ocupada chegam apenas 24,4%. Propriedades que correspondem de 50 ha a 500 ha representam 12,46% do número total de estabelecimentos no estado e ocupam 32,8% da totalidade da área rural. Propriedades com mais de 500 ha, representam 1,83% dos estabelecimentos de agropecuária e ocupam uma área de 41,9% do total do estado (ATLAS, 2010).

Segundo Dos Santos et al (2010), a estrutura fundiária do Rio Grande do Sul vem sofrendo mudanças em sua estrutura contextual, surgido a partir de processos de reforma agrária que tem incorporado um grande número de famílias no meio rural. Essa incorporação no Rio Grande do Sul está representada nas regiões da Campanha, Missões, Fronteira Oeste e Serra do Sudeste. Fato esse que vem transformando essas regiões.

Existem muitas críticas referentes às estruturas dos assentamentos da reforma agrária principalmente na questão da habitação, extensão rural, assistência técnica, saneamento, segurança alimentar, distância dos municípios, renda e a questão dos acessos em geral por parte das famílias assentadas.

Frente a essas situações podemos destacar algumas iniciativas que buscam reduzir o impacto que a desestruturação dos assentamentos enfrenta, Uma delas é a política de aquisição de alimentos (PAA) do governo federal que busca reduzir os impactos que a falta de alimento tem sobre as populações mais pobres e busca destinar para uma parte da população que tem menos poder aquisitivo (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2008).

2.2 Programa de aquisição de alimentos

Segundo Belik (2003), os objetivos do programa de aquisição de alimentos (PAA) são promover o acesso à alimentação para pessoas que estão em risco de segurança alimentar e nutricional e incentivar a agricultura familiar.

Para atingir as finalidades do programa compram-se alimentos que tem origem da agricultura familiar e os destinam às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional bem como aquelas que são atendidas pela rede socioassistencial e pelos mecanismos públicos de alimentação e nutrição (GRANDO; FERREIRA, 2013).

O PAA dispensa licitação, promove abastecimento através de compras governamentais de alimentos, fomenta sistemas locais e regionais; também beneficia redes de alimentos e redes de comercialização, estima à biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, promove hábitos alimentares saudáveis e estimula o associativismo (FEE, 2013).

O orçamento do PAA é composto por recursos do Ministério do Desenvolvimento

Social e Combate a Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA (FEE 2013). Os beneficiários devem possuir a declaração de aptidão ao PRONAF (DAP) para participar do programa, Essa declaração qualifica a família como sendo da agricultura familiar.

Segundo a FEE (2013), o conjunto de normas que regem o programa é definido por um grupo de gestores (GGPAA) que é representado pelos Ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação.

O valor dos produtos a serem pagos aos produtores é baseado em preços regionais ou estabelecidos pelo grupo gestor. O acompanhamento das ações do programa é feita pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional-CONSEA.

O PAA na sua forma de atuar promove o incentivo ao cooperativismo entre os produtores e garantem prioridades a comunidades quilombolas, indígenas e campesinato. (FEE, 2013).

Para a FEE (2013), a Conab que é o principal comprador do PAA no Rio Grande do Sul, responde integralmente pelas modalidades Compra Direta e Formação de Estoque e responde parcialmente pela modalidade Compra com Doação Simultânea que é executada também por estados e prefeituras através de convênios com o MDS.

O PAA é um programa que visa suprir as necessidades alimentares e nutricionais de uma parcela da população que tem menos poder aquisitivo, bem como estimular a produção e comercialização de produtos da agricultura familiar e a diversificação de seus produtos. Igualmente, é importante destacar que os produtores precisam de auxílio para saber como acessar esses mercados institucionais principalmente para as famílias assentadas da reforma agrária, podendo ressaltar assim a importância da extensão rural e dos serviços de assistência técnica (ATER e ATES) como ferramentas de apoio a esse programa.

2.3 Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates)

Em se tratando de apoio para os assentados pode-se por em destaque o serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates), criado pelo governo federal em 2003 com objetivo de ser uma alternativa na prestação de serviços de extensão rural para agricultores assentados da reforma agrária.

A partir de 2004 com a criação do programa de Ates, o INCRA no RS passou a executar ações de Ates em todos os assentamentos estaduais e federais a partir de contratos firmados com a EMATER e com a cooperativa de prestação de serviços técnicos COPTec, (NEUMANN; DALBIANCO, 2012).

Segundo SÁ et al (2012), os assentados passam a receber serviços de assistência para seus sistemas de produção, seja por instituições públicas como a EMATER, ou privadas, no caso da COPTec ou do CETAP. Essas prestadoras de serviços formaram suas equipes de técnicos para atender as atividades de Ates e suas normas foram estabelecidas pelo INCRA/RS (de SÁ et al, 2012).

No caso das instituições privadas segundo VARGAS (2013), são firmados contratos para a terceirização dos serviços de assistência técnica e extensão rural.

Segundo Trevisan et al(2014) o programa de Ates é um processo de educação contínuo que incorpora os aspectos produtivos, ambientais e sociais.

A Ates em sua execução conta com os Núcleos Operacionais (NOs), que são as bases das equipes técnicas e se necessário com a contratação de profissionais especialistas. E para

dar suporte as NOs previu-se uma equipe de articuladores, que auxiliam no planejamento e execução das ações das equipes de Ates (TREVISAN et al., 2014). Cabe aos NOs desenvolver e dar acompanhamento na execução dos projetos de exploração anual (PEA), plano de desenvolvimento do assentamento (PDA), e do plano de recuperação dos assentamentos (PRA) que norteiam as ações das equipes técnicas dos núcleos operacionais (TREVISAN et al 2014).

2.3.1 Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda - Coptec

A Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda. - COPTEC é uma prestadora de serviços técnicos, sociais e ambientais que atuam em áreas de reforma agrária.

Criada em 1996 desde o projeto Lumiar (De SÁ et al, 2012), a Coptec está vinculada ao MST, seu propósito esta voltado para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos da reforma agrária que estão situados no estado do Rio Grande do Sul. A cooperativa destaca o acompanhamento intensivo e orientação técnica de núcleos de famílias assentadas.

A Coptec elabora e acompanha a execução de convênios e projetos de crédito que envolva as famílias beneficiadas seguindo as diretrizes e encaminhamentos das entidades competentes que contratam a cooperativa. A Coptec atua com as famílias que buscam o aumento da produção e produtividade, sempre visando às formas de produção sustentáveis e respeitando as particularidades de cada região (COPTEC, 2015).

Segundo a COPTEC (2015) sua atuação esta em mais de 135 assentamentos distribuídos em 36 municípios com núcleos operacionais localizados nos municípios de Candiota, Pinheiro Machado, Santana do Livramento, São Gabriel, São Miguel das Missões, São Luiz Gonzaga, Tupanciretã, Eldorado do Sul e Nova Santa Rita e conta com mais de 120 profissionais das ciências agrárias e humanas.

Ao longo dos últimos 18 anos a COPTEC participou de diversos projetos destinados ao desenvolvimento sustentável do rural brasileiro. Entre 1997 a 1999 participou do programa de assistência técnica Lumiar do governo federal do presidente Fernando Henrique Cardoso (NEUMAN; DALBIANCO, 2012). Entre os anos de 1999 a 2002 participou de convenio estabelecido com o governo estadual do Rio Grande Sul que teve suas atividades apoiadas pelo INCRA através de convênio até outubro de 2008.

Em dezembro de 2008 participou da licitação publica do INCRA, firmando contrato a partir de 15 de janeiro de 2009, que consistia na elaboração de 15 planos de Desenvolvimento de assentamentos (PDA) e 122 planos de recuperação dos assentamentos (PRA) em oito núcleos operacionais nos municípios de Tupanciretã, Nova Santa Rita, Eldorado do Sul, Santana do Livramento, Candiota, Pinheiro Machado, São Luís Gonzaga e São Miguel das Missões.

2.4 Cootap

O cooperativismo agrícola é uma pratica que poderia servir como instrumento para resolver alguns problemas existentes nos assentamentos da reforma agrária, como a falta de desenvolvimento, organização dos meios de produção, acesso a mercados, entre outros (SANTALUCIA et al., 2005).

Segundo SANTALUCIA et al (2005), o cooperativismo utilizado nas cooperativas de produção agropecuária (CPAs), que são estimuladas pelo MST e cuja a posse da terra e meios de produção estão sob controle da cooperativa e gerida pelos associados poderia servir de modelo para os demais assentamentos.

Fundada em 1996, a cooperativa dos trabalhadores assentados da região de Porto Alegre

LTDA – COOTAP é uma cooperativa de prestação de serviços que esta voltada para atender as famílias dos trabalhadores rurais assentadas na região de Porto Alegre (HAAS, 2012).

Localizada em Eldorado do Sul, região metropolitana de Porto Alegre, a COOTAP tem como objetivo auxiliar e contribuir na organização da produção das famílias assentadas dessa região (HAAS, 2012).

A COOTAP destaca-se pela produção e comercialização de arroz ecológico, juntamente com o grupo gestor regional (HAAS, 2012).

O grupo gestor regional do arroz ecológico reúne todos os agricultores assentados envolvidos com a produção de arroz ecológico, que são desde famílias que produzem individualmente, cooperativas ou grupos de produção que planejam de forma coletiva todo o processo produtivo, que inicia com o plantio e vai até o beneficiamento e posterior comercialização da produção. (HAAS, 2012).

Seguindo essa corrente, outros municípios além de Eldorado do Sul também estão aderindo e se inserindo nesse projeto, como Manoel Viana, Nova Santa Rita, Viamão, Tapes e São Gabriel.

2.5 Assentamento Conquista do Caiboaté

A região da campanha gaúcha é caracterizada por uma diversidade de elementos que compõem sua organização espacial (DOS SANTOS; DAVID, 2011), a partir de agentes sociais que ocupam esse espaço fronteiriço.

Igualmente, outro processo importante nessa dinâmica de formação espacial rural foi às implantações dos assentamentos rurais a partir da década de 90, a partir de pressões principalmente por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que visava intensificar sua luta pela alteração da estrutura fundiária existente no Rio Grande do Sul. (DOS SANTOS; DAVID, 2011)

São Gabriel é um município que faz parte dessa região e também tem uma das questões que culminam no conflito entre o campesinato e os grandes proprietários fundiários (DOS SANTOS; DAVID, 2011).

O município fica localizado na área central da Mesorregião Geográfica do Sudoeste do Rio Grande do Sul - Campanha Gaúcha, com uma área de 5.019,646 Km² em sua totalidade e população de 60.425 mil habitantes (IBGE, 2010).

Dentro desse contexto situa-se o assentamento Conquista do Caiboaté, fundado em dezembro de 2008 a partir da desapropriação do Latifúndio Southal, após um longo processo, que tencionou o aparelho do estado e a sociedade civil na discussão do tema (DOS SANTOS; DAVID, 2011).

Segundo Dos Santos e David (2011), o latifúndio Southal era um dos maiores do estado, seu complexo abrangia diversas estâncias, que em sua totalidade era cerca de 13 mil hectares. Em dezembro de 2008 teve 5 mil hectares desapropriadas para fins de reforma agrária, o qual beneficiou 225 famílias que continuaram a luta para desapropriar outras áreas do complexo .

3. METODOLOGIA

Com o propósito de atingir os objetivos do trabalho, propôs-se realizar um estudo de caso por se tratar de uma questão de grande importância por envolver famílias com pouca renda e que necessitam de políticas públicas, bem como do auxílio do Ates.

Inicialmente a pesquisa foi desenvolvida para compreender a participação da Ates na

execução do programa de aquisição de alimentos no assentamento conquista do Caiboaté no município de São Gabriel-RS.

Para coleta de dados foram utilizadas entrevistas que seguiram um roteiro semiestruturado e foram realizadas com os prestadores da cooperativa de prestação de serviços técnicos (Coptec), e também com os assentados que produziram e comercializaram produtos para o programa de aquisição de alimentos (PAA).

A pesquisa é de base exploratória mista (qualitativa e quantitativa) descrita por dados primários, onde se busca compreender os fatos através de análise e interpretação dos dados coletados e observados, o que segundo Vergara (2000), tem por objetivo descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los.

Os procedimentos metodológicos utilizados na realização deste estudo foram estruturados em uma série de etapas distintas, porém segmentados por ordem que se obedeça a todos os critérios estabelecidos pela pesquisa de campo (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Inicialmente as entrevistas foram realizadas com os técnicos da Coptec, para identificar quantos produtores estiveram envolvidos no PAA, para posteriormente dar-se continuidade nas pesquisas. Buscou-se compreender de que forma atuou a ATES na articulação dos projetos a serem implantados, bem como a importância do programa de aquisição de alimentos para as famílias assentadas que são beneficiadas pelo programa e a mobilização dos assentados comprometidos com o projeto.

QUADRO 1 – FORMULARIO DE PESQUISA DE CAMPO

Roteiro de entrevista destinado a COPTEC	Roteiro de entrevistas destinado aos assentados do assentamento conquista do Caiboaté
<p>Qual a relação da Coptec com os Assentados? Como se desenvolveu o PAA no assentamento Caiboaté? Qual a relação e como a Coptec está envolvida com o PAA? Quando a Coptec passou a se envolver no PAA? Quais são os outros agentes (prefeitura, ONGs, escolas, CONAB) envolvidos no PAA? O que a Coptec espera do PAA? Existem novos direcionamentos ao programa? Quais são? Quantas famílias estão envolvidas? Quem são? Por que este número? O que eles produzem? O que eles comercializam? Para quem? De que forma? Qual a importância do PAA na renda das famílias? Quantos técnicos estão envolvidos no PAA no Caiboaté? Qual a qualificação deles? Quais são os problemas do PAA? Quais são os benefícios do PAA?</p>	<p>O que sua família produz? O que comercializa? Para quem? De que forma? O que pensa sobre o PAA? Qual a importância do PAA na renda da família? Quem são os envolvidos? Quais são os problemas do PAA? Quais são os benefícios do PAA?</p>

Fonte: Elaboração dos autores (2018).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A dinâmica de funcionamento do PAA em São Gabriel

O programa de aquisição de alimentos surgiu no município de São Gabriel para atender uma demanda até então existente no consumo de hortifrutigranjeiro, Então frente a essa lacuna existente, iniciou-se uma conversação com o município, Coptec e a Cootap. Nessas conversações se buscou algumas formas de viabilizar a agricultura familiar local

fazendo-se valer por algumas possibilidades existentes na época, como o PNAE e o PAA. No caso do PAA, identificou-se a facilidade de operação no município pela facilidade que o programa oferecia, pois facilitava que se o produtor não conseguisse produzir um determinado alimento, mas tivesse outro produto ele poderia entregar, pois o PAA, modalidade doação simultânea, não exigia quantidade mínima e nem um produto pré-determinado, diferentemente do PNAE que exige a entrega da quantidade proposta seja produzida ou comprada de terceiros.

As reuniões durante a estruturação do grupo gestor tinham a participação da prefeitura, associação de bairros, a Coptec e a Cootap. O objetivo do programa no início era incentivar a produção para o autoconsumo, melhorar a qualidade alimentar através da diversificação da produção, melhorar as condições técnicas de produção de modo a produzir o suficiente para subsistência e vender o excedente da produção, também a organização dos produtores para acessar outros mercados institucionais e não institucionais a partir do PAA.

O projeto do assentamento Conquista do Caiboaté se inseriu no programa de aquisição de alimentos a partir de 2012, no segundo projeto submetido pelo grupo gestor municipal. Nesse projeto eram 79 famílias ou 79 DAPs em todo o município, mas operacionalizou-se apenas 33, sendo apenas 5DAPS no assentamento Conquista do Caiboaté.

O limitante de famílias envolvidas é o desenho do projeto. Os projetos são desenhados de acordo com a quantidade de recursos disponibilizados pela Conab, tem que se fazer uma triagem dos produtores que tem aptidão para produzir alimentos e que se enquadre com o modelo do projeto que é proposto pela cooperativa.

Os recursos destinados ao PAA eram oriundos do extinto MINISTERIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS). Estes recursos eram destinados a Conab.

As cooperativas inscrevem-se um programa chamado PAA NET e fazem o cadastro do projeto. A cooperativa que tem o projeto submetido aceito vai determinar os produtos que serão entregues. A cooperativa opera os recursos e é a proponente que organiza a produção e operacionaliza o PAA.

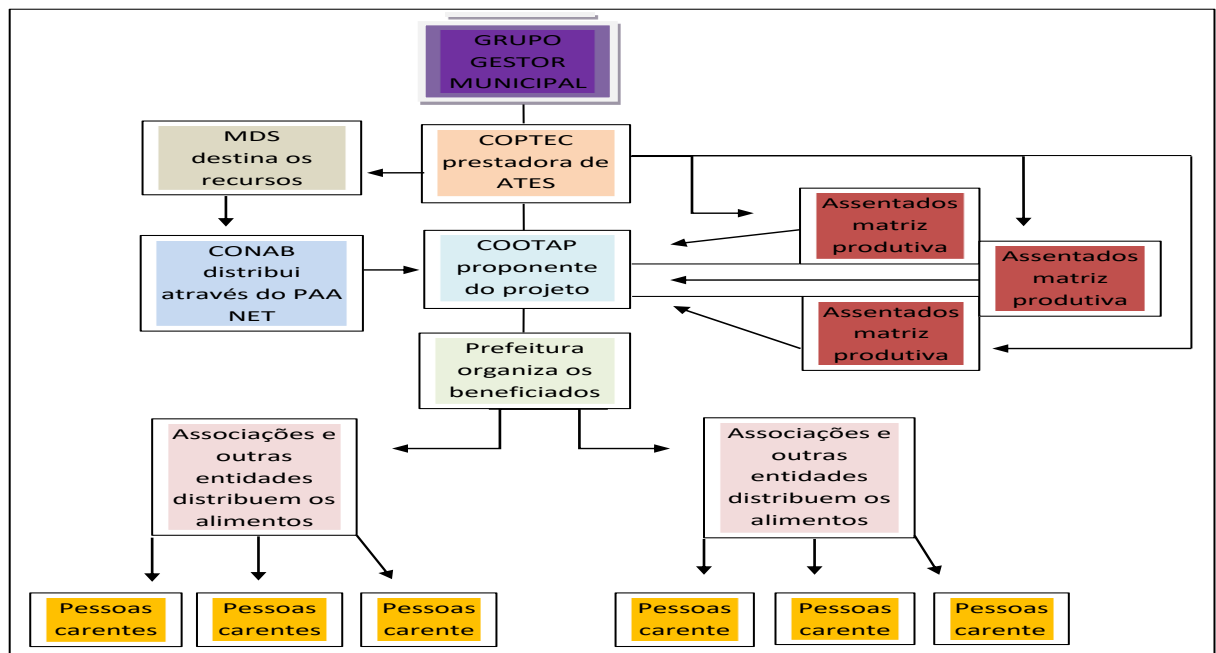
A prefeitura também faz parte do chamado grupo gestor municipal, e é responsável por organizar as associações de bairro, escolas e outras instituições que são beneficiadas com os alimentos produzidos. Essas instituições e entidades que recebem os alimentos distribuem entre as pessoas mais carentes.

Quando o projeto é cadastrado na Conab deve estar descrito no projeto o grupo gestor municipal e as entidades que serão beneficiadas com os alimentos. Esse é um pré-requisito para o projeto ser aceito pelo grupo gestor do programa. A Coptec, que é a prestadora oficial da região, participa do PAA no auxílio as famílias tanto na parte técnica agrária como na parte social, também acompanha o roteiro de coleta e a entrega da produção dos assentados.

A participação dos produtores no PAA é fundamental, pois eles são quem detém a matriz produtiva. Eles associam-se a cooperativa para poder entregar sua produção.

Então de uma forma geral, pode-se visualizar a dinâmica de funcionamento do PAA no município de São Gabriel na Figura 1:

FIGURA 1 – Organograma -Dinâmica de funcionamento do PAA em São Gabriel



Fonte: Autor da pesquisa (2016)

4.2 Dinâmica de funcionamento da Coptec e sua visão do PAA

No município de São Gabriel a prestadora de serviços de ates oficial é a Coptec, ela está envolvida na prestação de serviços técnicos de extensão e sua relação com os assentados de uma forma geral é de fazer o atendimento às famílias tanto na parte social quanto na parte agrária, busca sempre incentivar as famílias a construir grupos de produção, também acompanhar e apresentar os produtos oriundos da agricultura familiar ao consumidor através de feiras e amostras de produtos de origem da agricultura familiar.

Os trabalhos da Coptec núcleo São Gabriel estão divididos em quatro grupos, onde cada grupo atende uma fração dos assentados no município de São Gabriel e Santa Margarida. Os técnicos são referência de cada assentamento, e cada um deles está envolvido em um eixo de produção. O corpo técnico da Coptec/São Gabriel é formado por 11 profissionais que atendem 707 famílias.

A participação da Coptec no PAA teve início no primeiro projeto realizado no município de São Gabriel em 2011/2012, onde a partir daí, no ano e 2013, a Coptec passou a fazer parte do que a Conab propôs de grupo gestor municipal, que junto com a prefeitura e a cooperativa Cootap são as entidades que organizam a dinâmica e funcionamento do PAA.

Inicialmente a Coptec teve sua participação efetiva a campo no levantamento das famílias com potencial produtivo, famílias essas que mais tarde passariam a fornecer alimentos para o PAA, envolveu-se na organização dos produtores, onde foi feita uma triagem e identificação dos produtores que tinham aptidão para produzir alimentos, colaborou com instrução técnica aos produtores, organizou os grupos de produção, auxiliou a Cootap no desenho dos projetos para acessar os recursos e também atuou no acompanhamento da produção e intenção de produzir das famílias, fornecendo suporte técnico aos produtores em suas dificuldades, auxiliou na construção das rotas de coleta e acompanhou até o momento do carregamento dos produtos, bem como a pesagem da produção durante a entrega.

Na visão dos técnicos da Coptec esse programa foi usado para alavancar a produção e foi o início para que os produtores pudessem se inserir em uma linha produtiva, promoveu a

garantia de venda para os produtos, proporcionou que se estruturassem as áreas, serviu de incentivo para se buscar novos mercados além dos institucionais.

4.3 A ótica das famílias assentadas sobre o PAA

No início da pesquisa foram identificados os produtores que participaram do programa de aquisição de alimentos, para isso foi necessário o auxílio dos técnicos da Coptec e também do coordenador regional da Cootap. Essa que era a cooperativa proponente dos primeiros projetos que foram submetidos no município de São Gabriel. No momento que se identificaram as cinco (5) famílias envolvidas no PAA do assentamento Conquista do Caiboaté, direcionou-se a atenção para a opinião dos produtores que vivenciaram no dia a dia o Programa.

Acompanhado de um técnico da Coptec iniciamos os debates com os assentados participantes do PAA, onde obtivemos informações pessoais dos produtores. De uma forma geral podemos identificar a matriz produtiva dos assentados que participaram do PAA. Identificou-se que todos os participantes do PAA têm uma grande variedade de produtos e apostam na diversificação de culturas (Quadro 2).

Pode-se perceber nas entrevistas que a intenção de produzir estes alimentos pelas famílias estava direcionada a sua subsistência, sendo comercializado apenas o excedente, permitindo assim o acesso a itens não produzidos na UPA, como arroz e farinha, por exemplo.

No quadro 2 podemos perceber que dois produtores buscaram produzir soja que não é um produto que se comercializa em feiras, mas foi uma oportunidade fornecida pela Cootap para os produtores produzir soja orgânica.

Foi observado que inicialmente mesmo tendo a possibilidade de fornecer alimento para abastecer o PAA, o enfoque era produzir alimentos para poder sobreviver na terra, esse fato segundo as famílias foi decorrência da falta de conhecimento do funcionamento do programa no início dos primeiros projetos. Igualmente, outro fator que limitou o maior número de famílias participantes do PAA foi o atraso no pagamento aos produtores a partir do segundo ano, esse fator contribuiu para o encolhimento do número de itens comercializado para o PAA.

No momento de comercializar para o PAA a Cootap organizava as entregas e vinha fazer o recolhimento da produção, sendo que todas as entregas eram acompanhadas pelos técnicos responsáveis da Coptec.

Além do PAA a produção era vendida para revendedores que se deslocam até a propriedade, onde se negociava o que se tinha produzido e alguns produtores também utilizavam como forma de escoamento da produção vendas para feirantes, mercadinhos, consumidores da cidade e do próprio assentamento (Quadro 2).

Inicialmente, as famílias produziam para subsistência, mas a partir do primeiro ano de implantação do PAA as famílias foram motivadas a plantar mais. Fato esse descrito pelos produtores que aconteceu depois dos custeios que foram cedidos pela Cootap e do trabalho intensivo realizado pela Coptec. Esse custeio foi importante porque o pequeno produtor às vezes precisou desse dinheiro para converter em hora/máquina, semente ou ferramentas que facilitem a forma de produzir. Então a Cootap fornecia esse custeio e recebia em forma de produtos na entrega dos alimentos. Além disso, o PAA proporcionou garantia da comercialização da produção, ou seja, os produtores não precisava se preocupar se iriam ter para quem vender ou se iriam perder a produção por falta de compradores.

Podemos observar que com exceção de apenas uma família, todas as demais famílias tem outras formas de comercialização além do PAA (Quadro 2). Outro fator que chama

atenção são os clientes da cidade que procuram os produtores familiares para comprar os itens produzidos por eles.

Quadro 2 - Alimentos produzidos, comercializados para o PAA e os canais de comercialização no assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel/RS

Famílias do PAA	Alimentos Produzidos	Alimentos comercializados para o PAA	Canais de comercialização
Valdecir Antônio Machado	Batata doce, aipim, abobora milho verde e melancia.	Batata doce	Revendedores, consumidores da Cidade, assentados e PAA.
Thatiane e Emerson	Batata doce, aipim, milho verde e hortaliças.	Batata doce, aipim, milho verde.	PAA, revendedores da cidade, Feirantes (revenda), consumidores da cidade e assentados.
Ana Paula Pina (Agrovila)	Cebola, aipim, batata e hortaliças	Aipim e milho verde	PAA
Maria Antônia Pires Machado	Soja, melancia, batata doce, melão, milho, aipim, pepino, moranga, cebola e hortaliças	Melancia, batata, aipim, moranga e cebola	Engenho, mercadinhos, eventos no município, feirantes (revenda), feiras e PAA
Clóvis Gonçalves e Cintia Oliveira	Feijão, soja, aipim, amendoim, melancia, cebola, milho, batata e hortaliças	Melancia	Engenho, mercadinhos, feirantes (revenda), consumidor da cidade, assentados e PAA

Fonte: autor da pesquisa (2016)

Segundo os entrevistados, o PAA foi importante porque ele garantiu que se pudesse ter uma grande produção, com isso teriam como vender, ou seja, ele viabiliza o pequeno agricultor.

Segundo um dos entrevistados:

“o PAA foi o melhor de programa dentro da reforma agrária de incentivo a produção, pois possibilitava a garantia da venda do produto, ele dava aquela confiança de que poderia sim se produzir porque o PAA garantia a comercialização e não tinha riscos de se perder a produção por falta de compradores. (Valdecir)”

Pode-se notar que PAA dava um norteamento para a produção. Ou seja, poderia se planejar a produção para o autoconsumo, para a entrega no PAA e também para entregar para outros que pudessem surgir como interessados em comprar alimento. Outro benefício do PAA é que ele não exigia produção em escala.

“Ele levava toda a produção seja pouca, ou bastante, seja o produto grande ou pequeno, ele garante que não se perderia nada, o valor pago pelo produto era um valor justo pela produção e proporcionava a garantia da renda, garantia de mercado e escoamento da produção e ocupação da terra, ensinou a procurar novas variedades para cultivar, ou seja, diversificar a produção”. (Maria)

As entrevistas revelam que a partir do segundo ano faltou um pouco mais de coerência por parte dos responsáveis pelo programa, visto que o acordado era o pagamento para 30 dias e segundo os produtores relatam nas últimas entregas levaram até seis (6) meses para serem pagas. Esse fator com certeza limitou o interesse de mais pessoas a participarem do PAA. Outro grande problema causado pelo PAA foi que a partir do primeiro ano teve muitos produtores que ficaram motivados com o programa e produziram um grande número de

alimento, mas não existiam recursos para comprar de todos os produtores, então foi feita uma seleção de produtores que iriam participar do programa. Esse fator excluiu um grande número de produtores interessados em participar do PAA e que estavam com as lavouras plantadas, muitos deles perderam a produção. Então se tivesse mais dinheiro destinado a esse programa teria um maior número de famílias participantes.

Como considerações feitas pelos produtores sobre o PAA, eles falaram que na medida do possível se pudesse continuar com o PAA seria importante para as famílias, pois forneceu muito apoio principalmente para aquelas pessoas que vieram a se estabelecer com pouco ou sem nenhum recurso. O programa auxiliou bastante nos problemas de falta de renda, falta de alimento, melhorou a autoestima e deu ânimo ao camponês para continuar na terra. Foi ele um elemento que serviu para colocar muitas famílias na produção de alimento e é um grande aliado para permanência das famílias no campo e na produção.

O direcionamento e prosseguimento do PAA foram interrompidos em função da crise governamental ocorrida em 2013, sendo que os recursos necessários para a manutenção do programa não estavam sendo repassados aos produtores. Hoje os projetos do PAA não estão ativos, mas se tem um incentivo para os produtores participar em feiras. Igualmente, trabalha-se com a possibilidade de utilizar a mesma matriz produtiva para acessar o mercado institucional do PNAE.

O PAA hoje é um programa que não está operando no município de São Gabriel em função da crise política do país, o governo não tem compromisso com esse programa e praticamente inviabilizou o PAA. Na prática a Conab não tem recursos próprios para dar continuidade no programa pelo fato de que o ministério que destinava renda para o programa (MDS) foi extinto. Falar do PAA hoje é o mesmo que falar de um programa morto politicamente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a operacionalização do PAA é preciso um trabalho em conjunto com as entidades que formam o grupo gestos, de modo que cada uma dessas instituições seja comprometida com a execução e condução do programa.

Na pesquisa foi constatado também que um programa público quando gerido da maneira errada e descomprometida é um grande mecanismo de frustração das famílias.

Outro fator que foi observado foi à união dos produtores a uma cooperativa para acessar esse programa institucional, mas também abriu caminhos para acessar os mercados não institucionais. Essa cooperativa foi um dos principais agentes que atuaram na viabilização do PAA, pois potencializou os produtores através de financiamentos e outros custos importantes.

O PAA é uma renda adicional à renda da família, permite segurança na hora da venda, além disso, ele é pedagógico por que ele permite a iniciação e a experimentação da produção de alimentos e ela permite uma estabilidade de preço, potencializa aquelas famílias que tem vocação para produção de alimentos, prepara as famílias para acessar os mercados convencionais, bem como os mercados institucionais e os mais exigentes como no caso do PNAE.

Como legado o PAA deixou famílias estruturadas dentro de uma linha produtiva e fixou essas famílias no campo, proporcionou agregação de renda, organicidade política, ensinou o planejamento da produção, ou seja, o enfoque é produzir para subsistência, mas

com a visão de comercializar o excedente, auxiliou as famílias a enxergar a diversidade nas formas de sobreviver na terra.

Hoje tem famílias que prescindem do PAA, pois eles identificaram que o programa os viabilizaria, e a partir daí buscaram novos mercados, ou seja, aprenderam a produzir em escala e a conhecer o mercado que poderiam se inserir. Isso é uma garantia de renda e fixação deles no lote.

Quando esteve em funcionamento, o PAA tinha algumas dificuldades na organização e operacionalização do programa, principalmente a partir de 2013 quando começou a diminuir os recursos, isso levou ao atraso de até seis meses no pagamento das famílias que comercializaram para o PAA, tinham também dificuldades com a burocracia na hora de submeter os projetos.

A cooperativa proponente do PAA, com poucos recursos, tinha que se limitar a projetos pequenos, pois a quantidade de recursos era muito pequena para atender um número muito grande de famílias, esse fato causou muita frustração às pessoas que não puderam participar e foi um fator que limitou a participação de mais famílias acessando esse programa.

Com a extinção do MDS, fica a dúvida sobre o futuro desse programa, tendo em vista o cenário nebuloso que ronda a política nacional e com o número cada vez maior de escândalos envolvendo os governantes fica pergunta: qual o futuro do PAA e das políticas públicas de apoio às famílias camponesas e assentados da reforma agrária?

REFERÊNCIAS

ATLAS SOCIOECONOMICO. RS 2010. Disponível em: http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/upload/Assentamentos_rur_2010_RS.pdf. acesso em: novembro de 2015.

BELIK, Walter. **Perspectiva para segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Saúde e Sociedade, v. 12, n. 1, p. 12-20, jan.-jun. 2003.

BRASIL Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 **DIARIO OFICIAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. SEÇÃO 1. Nº151.:Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, Resolução Nº 30, de 7 de Agosto de 2008.

COOPERATIVA DE SERVIÇO TECNICOS: **COPTec**. Disponível em: <http://coptec.org.br/>. acesso em: outubro 2015.

DE SÁ, V, C; CHIES, J, J; DIESEL, v; RIGO, D, S. Dilemas da terceirização Um Olhar Sobre a Estrutura Organizacional da Ates. In:: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. de (Organizadores.). **Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de Ates aos assentamentos da reforma agrária no RS**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 131-157.

DOS SANTOS, V, F; DA SILVEIRA, P, R, C; HASS, J, M; VELA, H, A, G; DOS SANTOS, P, F, R; **Extensão rural: do conceito a prática em assentamentos rurais na região das missões no sul do Brasil**. Universidade Federal de Santa Maria. Brasil. 2010.

DOS SANTOS, A, L, M; DE DAVID, C. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté**

em São Gabriel – RS. Revista NERA, Presidente Prudente ano 15, nº 20, pp175. Janeiro-junho./2012.

DOS SANTOS, A, L, M; DE DAVID, C. **O Espaço Rural na Região da Campanha Gaúcha: Territorialidades e Desenvolvimento. O Caso do Assentamento Conquista do Caiboaté, São Gabriel - RS.** Revista do Departamento de Geografia – USP, Volume 22 (2011), p. 57-81.

GRANDO, M. Z; FERREIRA , G. S.: o programa de aquisição de alimentos(PAA) e sua relação com o Rio Grande do Sul. *In: Fundação de Economia e Estatística (FEE).* Porto Alegre, março de 2013. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/textos-para-discussao>. acesso em: outubro de 2015.

HASS, J, M; **Do Campo Projetado ao Campo Vivido: as Trajetórias Sociais no Espaço Rural de Brasil e Espanha.** 2012. 241 f. Tese (Doutorado em extensão rural) – Universidade Federal de Santa Maria, centro de ciências rurais, programa de pós-graduação em extensão rural, RS, 2012.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico.** 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. acesso em novembro de 2015.

MARCONI, M, de A; LOKATOS, E, M; **Metodologia Científica: Ciência e conhecimento científico; método científico; teoria Hipóteses e Variáveis; Metodologia jurídica.** 6º Edição. São Paulo, SP. Editora ATLAS S.A. – 2010.

MEDEIROS, L, S de; **Luta por Reforma Agrária no Brasil Contemporâneo: entre continuidades e novas questões.** In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. de (organizadores). **Política pública de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre, RS. Editora UFRGS. 2015. P. 339-359.

NEUMANN, P. S; DALBIANCO, V. Rumos da Ates no RS. In: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. de (Organizadores.). **Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de ATES aos assentamentos da reforma agrária no RS.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 107-130.

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E SUA RELAÇÃO COM O RIO GRANDE DO SUL; **secretaria do planejamento, gestão e participação cidadã. Fundação de economia e estatísticas. FEE.** Porto Alegre - Março 2013.

REIS, C. de S. **A função social da propriedade e o acesso a terra com dignidade da pessoa humana.** in: Âmbito jurídico, Rio Grande, XI, n. 53, maio de 2008. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2912. php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2912>. Acesso em outubro 2015.

SANTALUCIA, M.; HEGEDUS, de P. **Cooperativismo e assentamento rural na percepção do uso coletivo e individual da terra mediante metodologia Q: o caso de charqueadas.** In: Extensão rural, DEA/CPGEXR – CCR – UFSM, Ano XII. JAN – DEZ de 2005. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/extensaorural/art4ed12.pdf>. Acesso em: MAIO 2016.

TREVISAN, M. M.; ZARNOTT, A, V.; DALBIANCO, V, P.; NEUMAN, P, S.; FIALHO, M, A, V. **O Processo de Organização do Programa de Assistência técnica, Social e**

Ambiental no Estado do Rio Grande do Sul. GT 10: políticas públicas e desenvolvimento rural; Campinas, SP: setembro de 2014.

VARGAS, D. L.; **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS:** REVISTANERA – ANO 16, Nº. 22 – JANEIRO/JUNHO DE 2013 – ISSN: 1806-6755.

VEIGA, J. E.: Agricultura Familiar e Sustentabilidade. In: **Caderno de Ciencia & Tecnologia.** Vol. 13, n.3 – set./dez., 1996. disponível em: <http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9009/5115>. Acesso em : janeiro 2019.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.